

Exmo. Senhor Presidente
do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
da Universidade de Lisboa

_____ (nome completo do candidato/a),
portador/a do Documento de Identificação (Bilhete de Identidade/ Cartão do Cidadão) n.º
_____, com data de validade ____/____/____, com número de identificação fiscal
_____, residente _____ (morada
completa), com o contacto telefónico _____, com o endereço eletrónico
_____, com a seguinte situação laboral: _____ (tipo
de vínculo), _____ (categoria), _____ (entidade à qual está vinculado/a),

vem requerer a V. Exa. a admissão concurso documental internacional para
recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo
indeterminado, de dois Professores Auxiliares na área disciplinar de Serviço e Política Social,
aberto pelo Edital n.º 1931/2022, publicado no D.R., 2.ª série, n.º 250, de 29 de dezembro.

☐

O Requerente consente que as comunicações e notificações no âmbito do presente
procedimento concursal sejam efetuadas por correio eletrónico, conforme previsto na
alínea b) do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento
de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa.

Local, data

O Requerente

(assinatura)

Proteção de Dados Pessoais

O Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa) no âmbito das suas atribuições e competências, e no cumprimento do disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), é o responsável pela proteção e tratamento dos dados pessoais das pessoas singulares, no estrito cumprimento dos seus princípios, de forma confidencial, estando os colaboradores do ISCSP-ULisboa obrigados a um dever de sigilo quanto aos mesmos.

O tratamento dos dados pessoais disponibilizados ocorre no âmbito da gestão do processo de recrutamento, estando assegurado, nos termos da Lei, o acesso ou a retificação dos mesmos, podendo estes dados ser entregues aos Serviços Públicos e à autoridade judiciária por força de disposição legal.